

**LEI 20008 2012 - TEXTO ORIGINAL**

Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI, de que trata a Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, fica atualizado nos termos desta Lei e de seus Anexos I e II.

Parágrafo único. O Anexo II integra esta Lei na forma de incisos deste artigo e contém as alterações introduzidas no âmbito do Poder Legislativo a serem incorporadas pelo Poder Executivo ao texto do Anexo I.

Art. 2º O PMDI, observadas as diretrizes constitucionais, tem como objetivos:

- I - o desenvolvimento socioeconômico integrado do Estado;
- II - a racionalização e a coordenação das ações do governo;
- III - o incremento das atividades produtivas do Estado;
- IV - a expansão social do mercado consumidor;
- V - a superação das desigualdades sociais e regionais do Estado;
- VI - a expansão do mercado de trabalho;
- VII - o desenvolvimento dos Municípios de escassas condições de propulsão socioeconômica;
- VIII - o desenvolvimento tecnológico do Estado;
- IX - a promoção econômica e social dos indivíduos menos favorecidos, mediante ações governamentais integradas que visem à superação da miséria e da fome;
- X - a sustentabilidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Estado respeitará e preservará os valores culturais da sociedade mineira na fixação das diretrizes para a execução do PMDI.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos de que trata o art. 2º desta Lei, nos termos do art. 2º da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, o Poder Executivo, sem prejuízo da observância das diretrizes de equilíbrio fiscal e da gestão para resultados, adotará o modelo de gestão transversal de desenvolvimento, orientado pelas seguintes diretrizes:

- I - colaboração institucional e intersetorialidade no âmbito governamental e extragovernamental;

- II - transparência administrativa e participação social;
- III - qualidade do gasto, eficiência e compartilhamento na gestão;
- IV - melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase nas prioridades estratégicas do governo, regionais ou setoriais.

Art. 4º As diretrizes estabelecidas no PMDI serão implementadas com a participação de órgãos e entidades da administração pública em parceria com os governos federal e municipais, a iniciativa privada, as organizações não governamentais e as entidades da sociedade civil organizada.

Art. 5º A implementação do PMDI dar-se-á por meio dos Planos Plurianuais de Ação Governamental - PPAGs - e das Leis Orçamentárias Anuais.

Parágrafo único. A alteração dos programas estruturadores do PPAG 2008-2011, reunidos sob a denominação Carteira de Programas Estruturadores, far-se-á por meio das leis que instituírem os PPAGs ou que efetuarem suas revisões.

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG - coordenar a execução do PMDI, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 4 de janeiro de 2012; 224º da Inconfidência Mineira e 191º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo de Castro

Maria Coeli Simões Pires

Renata Maria Paes de Vilhena

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 20.008, de 4 de janeiro de 2012)

O Anexo I encontra-se disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - na internet (www.almg.gov.br), em Acompanhe>Planejamento e Orçamento Público>Saiba mais>PMDI.

ANEXO II

(a que se refere o art. 1º da Lei nº 20.008, de 4 de janeiro de 2012)

I - Incidência: Item 4.2 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano

Alteração: Fica acrescentado como objetivo estratégico "Erradicar o analfabetismo".

II - Incidência: Item 4.2 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano

Alteração: Fica acrescentada como estratégia prioritária “Implementar as diretrizes nacionais para as escolas do campo e escolas indígenas, respeitando suas especificidades”.

III - Incidência: Item 4.2 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Intensificar a implementação de programas de complementação escolar que integrem o projeto político-pedagógico das escolas e se desenvolvam como prática desportiva, artística ou cultural”.

IV - Incidência: Item 4.2 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Ampliar, aperfeiçoar e consolidar o Programa de Alimentação Escolar, garantindo alimentação saudável e adequada para todos os alunos da rede estadual de ensino”.

V - Incidência: Item 4.2 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano

Alteração: A estratégia complementar “Aproximar as escolas das famílias e incorporar a comunidade à escola. Estimular a interação dos diretores e professores com os pais e alunos sobre os assuntos da escola e do desenvolvimento do aluno” passa a vigorar com a seguinte redação: “Aproximar as escolas das famílias, desenvolvendo ações de acompanhamento social, e incorporar a comunidade à escola; estimular a interação dos diretores e professores com os pais e alunos, promovendo o interesse pelos assuntos da escola e pelo desenvolvimento do aluno, visando a prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho e o rendimento do aluno, desenvolver o protagonismo juvenil e aprimorar o capital humano e social dos jovens”.

VI - Incidência: Item 4.3 - Rede de Atenção em Saúde

Alteração: Fica suprimida da estratégia prioritária nº 6 a expressão “em especial na política sobre drogas” e fica incluída a estratégia prioritária “Desenvolver, implantar e manter ações de atenção e tratamento aos usuários de álcool e drogas”.

VII - Incidência: Item 4.3 - Rede de Atenção em Saúde

Alteração: Fica acrescentada como estratégia prioritária “Universalizar o acesso à rede de abastecimento de água e esgoto nos domicílios do Estado”.

VIII - Incidência: Item 4.4 - Rede de Defesa e Segurança

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Fortalecer a Defensoria Pública do Estado, com vistas a garantir o acesso à justiça para a população”.

IX - Incidência: Item 4.5 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Instituir política estadual para a população em situação de rua e para os povos e as comunidades tradicionais, desenvolvendo programas e ações integradas e intersetoriais”.

X - Incidência: Item 4.5 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Promover a economia popular solidária como estratégia de inclusão produtiva e de incentivo às dinâmicas econômicas e sociais, por meio do fomento aos empreendimentos econômicos solidários”.

XI - Incidência: Item 4.5 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Promover ações integradas com vistas à erradicação do trabalho infantil no Estado”.

XII - Incidência: Item 4.6 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Alteração: A estratégia prioritária nº 2 passa a vigorar com a seguinte redação: “Tratar adequadamente os resíduos sólidos, visando a equacionar a destinação dos resíduos, fomentar seu reaproveitamento, implementar a coleta seletiva e promover a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis”.

XIII - Incidência: Item 4.7 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação

Alteração: A estratégia prioritária nº 6 passa a vigorar com a seguinte redação: “Ampliar a oferta de vagas no ensino superior, inclusive o tecnólogo, e democratizar o acesso por meio da educação a distância em todos os Municípios mineiros”.

XIV - Incidência: Item 4.8 - Rede de Desenvolvimento Rural

Alteração: Fica acrescentada como estratégia prioritária “Expandir e fortalecer programas de apoio ao desenvolvimento e ao combate à pobreza no meio rural, valorizando as vocações de cada região” e fica suprimida a estratégia complementar “Expandir e fortalecer programas de apoio ao desenvolvimento e ao combate à pobreza no meio rural”.

XV - Incidência: Item 4.8 - Rede de Desenvolvimento Rural

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Assegurar acesso à água para o consumo humano, a dessedentação animal e a produção alimentar nas comunidades rurais”.

XVI - Incidência: Item 4.12 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz

Alteração: Fica acrescentada como estratégia complementar “Fortalecer a Controladoria-Geral do Estado, com vistas a promover a transparência das ações governamentais e prevenir e combater a corrupção”.